

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 07/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de aquisição de diversos materiais odontológicos e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1** - Essa aquisição é fundamental para dar continuidade aos atendimentos clínicos, ambulatoriais e de urgência/emergência realizados no gabinete odontológico da PRPE.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A presente contratação não consta no Plano de Contratação Anual - PCA-2025 desta PRPE, mas conforme o contido no Art. 11, Parágrafo único, Inciso III da Portaria PGR/MPU nº 38, de 16/03/2023 e no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, é dispensada de registro no Plano de Contratações, por ser uma prestação de serviço de pronto pagamento e o valor não ultrapassar R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos). Cabe registrar que a contratação atende aos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Objetivo 15: Garantir a efetividade das ações de qualidade de vida e bem-estar no trabalho presencial e remoto, uma vez que a aquisição desses materiais possibilita a prestação de assistência odontológica de qualidade, segura, e de baixo custo, em conformidade com a definição de que a qualidade nos serviços de saúde consiste "na obtenção do maior benefício para o paciente, ao menor custo e com o menor risco possível".
- Objetivo 09: Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade.
- Objetivo 10: Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1- Requisitos Funcionais

3.1.1 - O bem de consumo a ser adquirido deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade e outras condições específicas e de sustentabilidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

3.1.2 - Alguns materiais devem possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Produtos sem a devida certificação não serão aceitos.

3.1.3 - A validade dos materiais na data da entrega deverá ser de, **no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento)** do prazo de validade do produto informado na embalagem. Como exemplo, podemos citar: Um certo material possui validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses.

3.1.4 - Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a devida identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia do produto, validade e outras especificações, de acordo com suas características.

3.1.5 - Condições de Transporte: Todos os materiais devem ser transportados em condições que garantam sua integridade, evitando contaminações, avarias ou perdas de qualidade.

3.1.6 - Os medicamentos e soluções a serem fornecidos devem ser de Referência ou Genéricos, desde que atendam às especificações, exceto quando for exigida a marca com a sua devida justificativa.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976:** dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- **Resolução ANVISA RDC n. 59, de 17 de dezembro de 2010:** dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências;
- **Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).**
- **Decreto nº 2.783, de 17/09/1998:** dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
- **Portaria PGR/MPU nº 100/2023:** Regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União.
- **Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000:** dispõe sobre a proibição no Brasil, da utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:** regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- **Portaria PGR-MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024:** Atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - O prazo de entrega não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

3.4.2 - A entrega de todos os itens contratados deverá ser realizada em uma única remessa, dentro do prazo máximo determinado.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à PRPE a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

3.5.2 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos

titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

Constarão nas especificações técnicas do Termo de Referência.

3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

Considerando que na presente demanda os pagamentos ocorrerão, apenas, após os fornecimentos, e considerando o disposto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, não se faz necessário a exigência de garantia contratual, tendo em vista que não haverá obrigações futuras por parte da Contratante após o recebimento definitivo dos materiais a serem adquiridos.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, não serão exigidos documentos de qualificação técnica para fins de habilitação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, além do objeto do estudo ser de pronta entrega, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social (no que couber)

3.10.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

- A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, **quando couber:**
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovação oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.
- Serão solicitados critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores de acordo com diplomas legais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.
- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

- As embalagens primárias ou secundárias dos produtos fornecidos devem ter reciclabilidade garantida no Brasil.
- No caso de uso de materiais que possuam plástico em sua composição, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008, levando-se em consideração a política de gestão de resíduos implementada no órgão.
- Os manuais e/ou instruções deverão possuir linguagem e textos em português.

O Guia de Contratações Sustentáveis do MPF recomenda inserir no termo de referência, na descrição ou especificação técnica de cada produto:

- Sacos plásticos para resíduos recicláveis:
 - Atender à norma ABNT NBR 9191:2008: Apresentar a comprovação de classe ABNT por meio de laudo emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), para aquisição de sacos plásticos para resíduos recicláveis.

Conforme anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021 e o art. 17 da Lei n. 6.938/1981, **os fabricantes dos produtos a seguir elencados devem ter registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**. São também listados alguns normativos afetos às características desses produtos (FONTE: Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do CJP):

- Álcool etílico – Resolução ANVISA RDC n. 46, de 20 de fevereiro de 2002;

3.10.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores máximos previstos para esta contratação, o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o lote será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.10.4 - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e) Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

3.11 - Outros requisitos aplicáveis

3.11.1 - A empresa deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - As quantidades sugeridas para a aquisição foram determinadas pelo Gabinete Odontológico da PRPE, levando-se em conta o estoque atual dos insumos odontológicos e a sua demanda diária.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 – Almoxarifado virtual: A PRPE manifestou sua Intenção de Registro de Preço no Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de material de consumo. Ocorre que a solução abarca apenas materiais de expediente e suprimentos de informática, não estando inclusos materiais classificados como permanentes ou personalizáveis. Assim, os materiais objetos deste Estudo Técnico (materiais odontológicos) não podem ser adquiridos por meio desta solução de contratação.

5.2.2 - Adesão a Atas de Registro de Preços: Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para aquisição de materiais odontológicos, apresenta as seguintes **vantagens:**

- Economia de tempo e recursos: Em vez de passar por todo o processo licitatório, que pode ser demorado e custoso, as instituições podem simplesmente aderir a uma ARP já existente, economizando tempo na busca por fornecedores e na avaliação de propostas.
- Redução da burocracia: A burocracia envolvida em licitações públicas é muitas vezes complexa e onerosa. A adesão a uma ARP simplifica significativamente esse processo, permitindo que os órgãos governamentais atendam as suas necessidades de aquisição com menos papelada e trâmites burocráticos.
- Preços competitivos: As ARPs são resultadas de processos licitatórios anteriores, nos quais os fornecedores competiram para oferecer os melhores preços e condições. Isso significa que as instituições governamentais que aderem a uma ARP podem se

beneficiar de preços mais competitivos, obtendo melhores negócios em comparação com a aquisição individual.

- Economia de recursos de gestão: A gestão de contratos individuais pode ser trabalhosa. Já a adesão de uma ARP visa simplificar a gestão, pois todos os contratos e negociações são centralizados em um único acordo.
- Transparência e controle: Embora a adesão de uma ARP elimine a necessidade de licitação para cada compra, ela ainda exige um processo transparente e controlado, garantindo que o dinheiro público seja gasto de forma responsável e em conformidade com as regras estabelecidas.

Desvantagens:

- Dificuldade de encontrar todos os produtos de acordo com a necessidade da PR/PE e com as características exigidas pelo setor demandante;
- Submissão aos termos estabelecidos por outros órgãos;
- Dificuldade de encontrar ARPs que permitam carona.
- Obsolescência dos dados: Diante da existência de uma única licitação, cujos resultados serão utilizados para uma pluralidade de contratações futuras, há o risco de que os preços de mercado se reduzam ou que a qualidade dos produtos seja menor com o passar do tempo.

5.2.3 – Fornecimento com entrega imediata e total dos quantitativos: Este formato de contratação já foi utilizado pela PRPE nos seus contratos passados, para fornecimento de materiais odontológicos, tendo as seguintes **vantagens:**

- Os fornecedores sabem, de antemão, as quantidades que serão adquiridas pelo órgão, podendo calcular corretamente o preço de venda;
- Com a venda única de um quantitativo maior, os fornecedores garantem maior economia de escala, que pode ser repassada à administração via redução dos preços, durante a etapa de disputa;
- Otimização do trabalho dos servidores envolvidos na fiscalização e gerenciamento dos contratos.

Desvantagens:

- Armazenamento: O recebimento de uma grande quantidade de materiais odontológicos de uma só vez exige espaço de armazenamento significativo, o que pode ser um problema para a PRPE que não tem infraestrutura adequada.
- Falta de flexibilidade: A entrega única pode não se adequar às necessidades variáveis do órgão ao longo do tempo, resultando em excessos ou falta de materiais.
- Problemas de qualidade: Se todos os materiais forem entregues de uma só vez, pode ser mais complicado inspecionar a qualidade de cada item e sua validade.
- Obsolescência: Os materiais objeto da contratação podem ter prazos de validade ou eficiências que diminuem com o tempo. A entrega única pode resultar em materiais que não serão utilizados antes de expirarem.
- Dificuldades logísticas: a PRPE deverá lidar com questões de armazenamento e manuseio de grandes quantidades de materiais ao mesmo tempo.

Esta opção no momento é a mais pertinente para a PRPE, uma vez que vai suprir suas necessidades de forma específica e imediata.

5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.3.1 - Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades da unidade é a **(5.2.3), contratação de empresa para fornecimento de diversos materiais odontológicos para a Procuradoria da República em Pernambuco, com entrega única, conforme especificações que constarão no Termo de Referência.**

5.3.2 - A solução escolhida permite a aquisição dos produtos com entrega única e imediata. Além disso, permite a personalização dos produtos de acordo com as necessidades específicas, favorece a obtenção de preços mais competitivos por meio da concorrência e aproveita a experiência prévia da Instituição nesse tipo de contratação, garantindo eficiência e segurança no processo.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA/MEDIANA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/ MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.2 - Os preços de referência foram assim obtidos:

- Pesquisas em painel de preços do governo federal ou no banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações);
- Pesquisas na internet em sites comerciais, visto que para alguns itens não foi encontrada a especificação requerida no painel de preço e nem no banco de preço ou em quantidade insuficiente para o mínimo três valores;
- Pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sediados local ou regionalmente, no intuito de obter a realidade do mercado local.

6.3 - Os produtos pesquisados estão de acordo com as especificações e marca de referência dos produtos.

6.4 - O **valor estimado global** para a presente contratação é de **R\$ 4.441,94 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos)**, conforme relatório de cotação e mapa estimativo de preços em anexo.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**7.1- Descrição do objeto:**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de diversos materiais odontológicos para a Procuradoria da República em Pernambuco, para entrega imediata e única, conforme especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE ESTIMADA ANUAL	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
LOTE 1 - DIVERSOS INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES						
1.	LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO	CX	10	6532	30247	619823
2.	TOUCA SANFONADA OU GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO BRANCA	PCT	5	6532	437	428619
3.	TOUCA SANFONADA OU GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO COLORIDA	PCT	6	6532	437	428615
4.	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA COM PUNHO (CAPOTE)	PCT	20	6532	30093	604952
5.	SAPATILHAS HOSPITALARES DESCARTÁVEIS COM ELÁSTICO (PROPÉ)	PCT	10	6532	11939	600278
6.	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA	PCT	5	6510	373	269984
7.	SACO PARA LIXO HOSPITALAR/ INFECTANTE 15 LITROS	PCT	10	8105	11903	246549
8.	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%	UND	20	7930	715	405780
LOTE 2 - DIVERSOS INSUMOS ODONTOLÓGICOS						
9.	ENXAGUANTE BUCAL SEM ÁLCOOL	UND	2	6505	17357	341174
10.	FLÚOR EM GEL ACIDULADO	UND	1	6505	7662	428105

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE ESTIMADA ANUAL	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
11.	FITA BANDA MATRIZ EM AÇO INOX 0,05 x 5 x 500 mm	UND	10	6520	9502	406145
12.	FITA BANDA MATRIZ EM AÇO INOX 0,05 x 7 x 500 mm	UND	5	6520	9502	406146
13.	ESPELHO PARA ODONTOSCÓPIO PRIMEIRO PLANO (FRONT SURFACE) Nº5	UND	20	6520	7008	437561
14.	INTEGRADOR QUÍMICO INTERNO PARA AUTOCLAVE A VAPOR	PCT	2	6550	18996	484666
15.	POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA, AUTOCLAVÁVEL, ADULTO (KIT)	KIT	1	6525	2075	420232
16.	BOBINA PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. TAMANHO 80mm X 100m	UND	1	6515	18351	443869
17.	BOBINA PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. TAMANHO 150mm X 100m	UND	2	6515	18351	452007
ITENS SEM AGRUPAMENTO						
18.	MÁSCARA HOSPITALAR DE PROTEÇÃO OU RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF-2 (S), TIPO CONCHA, SEM VÁLVULA.	UND	50	6532	30032	485529

7.2 – Local de entrega do objeto:

ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Responsável: RICARDO SÉRGIO CARVALHO DE OLIVEIRA Telefone: (81) 2125-7336 E-mail: prpe-selog-l@mpf.mp.br

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração. Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para fornecimento de materiais de bens de consumo.

8.2 - Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa para fornecimento de diversos bens de consumo (materiais odontológicos) para a procuradoria da República em Pernambuco, com entrega única.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o Pregão Eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; "

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para o fornecimento de materiais odontológicos para a PRPE, com entrega única e imediata.

8.6 - O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o "aberto/fechado", devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A contratação em tela visa a aquisição de diversos itens para a administração. Segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - Atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.2 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.3 - Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. Nesse sentido, a formação dos lotes existentes se justifica pelos seguintes motivos:

1. São produtos de natureza similar, pertencentes ao mesmo segmento de mercado;
2. O agrupamento em lotes se justifica pelo alcance do princípio da economicidade, proporcionado pela economia de escala, e da eficiência;
3. O valor do lote, reunindo diversos itens, aumenta a atratividade e, consequentemente, a competitividade entre os fornecedores.

9.4 - Assim, pelo agrupamento dos itens no mesmo segmento de mercado, possibilitando proporcionar economicidade, através da economia de escala, e eficiência do ponto de vista da gestão dos contratos gerados desta licitação, **opta-se, para esta aquisição, no agrupamento dos itens em lotes**, de acordo com o seu segmento de mercado.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos ao realizar essa aquisição são multifacetados e incluem:

1. Qualidade de Vida dos Servidores/Colaboradores: Os materiais odontológicos constantes no presente estudo são itens essenciais para o funcionamento do gabinete odontológicos da PRPE que atende Membros e Servidores.

2. Atendimento às Normas e Regulamentações: A aquisição dos produtos deve obedecer às regulamentações e normas de qualidade rigorosa. Isso assegura que os produtos adquiridos atendam aos padrões de segurança individual, para aqueles que manusearão, e ambientalmente, protegendo ainda mais a saúde pública.

3. Eficiência Orçamentária: A aquisição eficiente desses itens por meio de processos transparentes e competitivos pode contribuir para uma gestão financeira mais eficaz dos recursos públicos, garantindo que o órgão obtenha o melhor valor pelo dinheiro gasto.

4. Sustentabilidade: Ao fazer compras responsáveis, o órgão público pode promover práticas sustentáveis, optando por produtos e fornecedores que estejam comprometidos com a responsabilidade ambiental. Isso ajuda a minimizar o impacto ambiental e a demonstrar o compromisso do órgão com a sustentabilidade.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente contratação não requer por parte da administração providências prévias ao contrato.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, cujos fabricantes devem seguir as normas dos órgãos fiscalizadores, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo imprescindível que a licitante atenda às legislações e normas técnicas pertinentes, bem como à política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 3.10.1 do presente Estudo Técnico Preliminar.

Ainda, com o objetivo de mitigar maiores impactos, a administração deve observar o correto descarte das embalagens dos materiais, bem como o uso consciente, a fim de evitar a contaminação dos recursos hídricos decorrente dos componentes químicos presentes nos materiais.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a contratação de empresa para fornecimento de diversos materiais odontológicos para a Procuradoria da República em Pernambuco, com entrega única e imediata, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 18 de março de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ROCSMERY DE BRITO DOS SANTOS
SETOR DEMANDANTE/PRPE

IZAHLTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00016678/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 7-2025**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **19/03/2025 10:17:05**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **19/03/2025 12:21:10**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **19/03/2025 13:23:56**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **19/03/2025 18:35:32**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **20/03/2025 04:47:18**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ROSCMERY DE BRITO DOS SANTOS**

Data e Hora: **20/03/2025 10:18:54**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9fe5d9fa.e7f096a6.08240ab8.690acc77

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO

1 – DO OBJETO (inc. I, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para o fornecimento de diversos materiais odontológicos, a fim de atender a demanda do Gabinete Odontológico da PRPE, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.000641/2025-69.

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA (inc. II, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa foi realizada pelo Setor Demandante e Equipe de Planejamento da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado nas planilhas em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS (inc. III, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(X) Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não se aplica.

3.2 Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023 (inc. VIII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023):

Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação,

empresas consolidadas no mercado, fornecedores que já foram contratados com êxito pela PRPE em períodos anteriores, empresas que trabalham com nota de empenho.

Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pela equipe de contratações, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado.

Foram consultadas 5 (cinco) empresas especializadas, a saber: ENDOMAC DENTAL (29.720.897/0001-00); DENTAL SORRISO (CNPJ: 06.313.389/0001-01); ODONTOSHOP COMERCIAL (06.301.041/0001-02); DENTAL COMÉRCIO (08.642.942/0001-85) e DENTAL PADRÃO (09.441.460/0001-20). Todas enviaram cotação através dos seguintes e-mails, respectivamente: carmelita@endomacdental.com.br; televendas1@dentalorrisolda.com.br lojaodontoshop@gmail.com e rildo.comandos@hotmail.com, dentalcomercio.pe@gmail.com e licitacao@padraonet.com.br.

As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento dos materiais e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS (inc. IV, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023) **E A MEMÓRIA DE CÁLCULO** (inc. VII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços para estimativa do valor da contratação em tela foram coletados em conformidade com os artigos 5º e 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

Tanto os preços coletados, assim como os documentos que dão suporte à pesquisa de preços, como as cotações, relatórios de pesquisa em banco de preços públicos e páginas de sítios eletrônicos especializados, conforme cada caso, e a memória de cálculo (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS), constam anexos a este relatório.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se $CV > 25\%$ considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se $CV < 25\%$ considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

Média Aritmética: Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

Mediana: Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retro citada.

6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, conforme consta no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

Recife, 19 de março de 2025.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS																					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FONTE 1 EMPRESA: Odonto shop Comercio CNPJ: 06.301.041/0001-02 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 2 EMPRESA: Padrão CNPJ: 09.441.460/0001-20 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 3 EMPRESA: Endomac Dental CNPJ: 26.989.715/0021-56 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 4 EMPRESA: DENTAL SORRISO LTDA CNPJ: 06.313.389/0001-01 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 5 EMPRESA: DENTAL COMERCIO CNPJ: 08.642.942/0001-85 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 6 Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 7 Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 8 Sítios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 9 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 10 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 11 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	Menor preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total	
LOTE 1 - DIVERSOS INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES																					
1	LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO Ambidestra, não estéril, livre de látex, de uso único e com punho com acabamento enrolado, sem pó. Validade: 3 anos após a data de fabricação. Possuir CA Cor: colorida Tamanho: P Embalagem: caixa com 100 unidades (50 pares) Possuir Registro ANVISA. Marca de referência: MEDIX, DESCARPACK, superior ou similar.	CAIXA	10	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 28,90	R\$ 41,90	X	R\$ 37,92	R\$ 32,95	R\$ 31,05	R\$ 43,19	R\$ 38,33	R\$ 52,50	R\$ 28,90	R\$ 37,65	36,41	18,3%	R\$ 37,65	R\$ 376,50	
2	TOUCA SANFONADA OU GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO BRANCA Material: polipropileno não tecido. Não estéril e de uso único. Validade: 5 anos após a data de fabricação Embalagem: pacote com 100 unidades Marca de referência: MEDIX, DESCARPACK, superior ou similar.	PCT	5	R\$ 12,90	R\$ 9,47	R\$ 13,50	R\$ 10,50	R\$ 12,60	R\$ 21,42	R\$ 14,48	R\$ 11,52	R\$ 18,83	R\$ 18,11	R\$ 20,63	R\$ 9,47	14,90	R\$ 13,50	27,9%	R\$ 13,50	R\$ 67,50	
3	TOUCA SANFONADA OU GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO COLORIDA Material: polipropileno não tecido. Não estéril e de uso único. Validade: 5 anos após a data de fabricação. Embalagem: pacote com 100 unidades Marca de referência: MEDIX, DESCARPACK, superior ou similar.	PCT	6	R\$ 26,24	X	R\$ 23,00	R\$ 35,00	X	R\$ 32,13	R\$ 34,15	R\$ 30,21	R\$ 27,57	R\$ 27,80	R\$ 46,85	R\$ 23,00	R\$ 31,43	30,21	22,1%	R\$ 31,43	R\$ 188,58	
4	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA COM PUNHO (CAPOTE) Indicado para vestimenta hospitalar descartável. Abertura posterior Composição: 100% polipropileno. Gramatura mínima de 20 g/m². Atóxico. Não inflamável. Não estéril. Registro na ANVISA. Tamanho: M Cor: branco Embalagem: Pacote com 10 unidades Marca de referência: BEST FABRIL, superior ou similar	PCT	20	R\$ 36,99	R\$ 14,50	X	R\$ 27,50	X	R\$ 34,13	R\$ 28,09	R\$ 27,30	R\$ 48,35	R\$ 54,99	R\$ 70,00	R\$ 14,50	37,98	R\$ 34,13	44,7%	R\$ 34,13	R\$ 682,60	
5	PROPÉ SAPATILHAS DESCARTÁVEIS COM ELÁSTICO Material: TNT 20g Cor: branco Validade: 5 anos após a data de fabricação Embalagem: pacote com 100 unidades Marca de referência: PROTDESC, DESCARPACK, superior ou similar	PCT	10	R\$ 13,95	R\$ 9,62	R\$ 29,90	R\$ 13,90	X	R\$ 26,28	R\$ 32,40	R\$ 19,62	R\$ 22,10	R\$ 45,79	R\$ 22,50	R\$ 9,62	23,60	R\$ 22,30	45,1%	R\$ 22,30	R\$ 223,00	
6	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA Indicado para ser utilizado em procedimentos cirúrgicos, curativos e para asspsias da pele. Composição: 100% algodão, mínimo de 13 fios/cm². Ter no mínimo 8 camadas e 5 dobras. Atóxico. Não estéril. Validade: 5 anos após a data de fabricação. Ter registro ANVISA Tamanho dobrada: 7,5 cm x 7,5 cm Embalagem: pacote com 500 unidades Marca de referência: CREMER, superior ou similar	PCT	5	R\$ 47,01	R\$ 39,99	R\$ 42,90	R\$ 22,90	X	R\$ 53,80	R\$ 79,90	R\$ 55,09	R\$ 72,55	R\$ 68,90	R\$ 73,92	R\$ 22,90	55,69	R\$ 54,44	32,5%	R\$ 54,44	R\$ 272,20	
7	SACO PARA LIXO HOSPITALAR / INFECTANTE Material: Polietileno de alta densidade (PEAD) virgem. Ter a simbologia de resíduo infectante e número da subclasse de risco em cor preta. Cor: branco leitoso Capacidade 15 litros ou 4,5 kg Dimensões planas: largura (39 cm), altura (58 cm), espessura mínima de 0,018 cm Produzido de acordo com a ABNT NBR 9191:2008 e em conformidade com a Norma ABNT NBR 7500:2011 Ter registro na ANVISA Validade: 5 anos após a data de fabricação Embalagem: pacote com 100 unidades Marca de referência: EMB, superior ou similar	PCT	10	R\$ 28,38	X	R\$ 38,00	R\$ 29,00	X	R\$ 31,28	R\$ 31,63	R\$ 28,90	R\$ 35,00	R\$ 89,53	R\$ 108,40	R\$ 28,38	46,68	R\$ 31,63	64,6%	R\$ 31,63	R\$ 316,30	
8	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% Para uso antisséptico. Ter registro ANVISA Embalagem: garrafa de 1 litro Marca de referência: PROLINK, superior ou similar	UND	20	R\$ 10,58	R\$ 6,99	R\$ 11,90	R\$ 10,80	R\$ 13,80	R\$ 20,59	R\$ 23,89	R\$ 17,70	R\$ 13,70	R\$ 14,40	R\$ 17,00	R\$ 6,99	14,66	R\$ 13,80	33,0%	R\$ 13,80	R\$ 276,00	
LOTE 2 - DIVERSOS INSUMOS ODONTOLÓGICOS																					
9	ENXAGUANTE BUCAL SEM ÁLCOOL Composição: Gluconato de Clorexidina 0,12% Embalagem: garrafa com 500 ml Marca de referência: COLGATE, PERIOGARD, superior ou similar	UND	2	R\$ 29,90	R\$ 34,40	R\$ 102,00	R\$ 64,90	R\$ 57,80	R\$ 46,04	R\$ 43,59	R\$ 46,44	R\$ 69,00	R\$ 100,99	R\$ 49,90	R\$ 29,90	58,63	R\$ 49,90	41,2%	R\$ 49,90	R\$ 99,80	
10	FLUOR EM GEL ACIDULADO Sabor: neutro, Tutti-frutti, menta Embalagem: frasco com 200 ml Marca de referência: DFL, superior ou similar	UND	1	R\$ 10,31	R\$ 9,10	R\$ 7,90	R\$ 8,99	R\$ 10,80	R\$ 33,58	R\$ 40,90	R\$ 39,35	R\$ 22,78	R\$ 12,95	R\$ 22,73	R\$ 7,90	19,94	R\$ 12,95	63,9%	R\$ 12,95	R\$ 12,95	

11	FITA BANDA MATRIZ EM AÇO INOX Dimensão: 0,05 x 5 x 500 mm Embalagem: Rolo com 50 cm Marca de referência: FAVA, superior ou similar	UND	10	R\$ 2,81	X	R\$ 3,90	R\$ 5,50	X	R\$ 11,90	R\$ 8,90	R\$ 8,52	R\$ 5,85	R\$ 7,18	R\$ 7,42	R\$ 2,81	6,88	R\$ 7,18	40,0%	R\$ 7,18	R\$ 71,80						
12	FITA BANDA MATRIZ EM AÇO INOX Dimensão: 0,05 x 7 x 500 mm Embalagem: Rolo com 50 cm Marca de referência: FAVA, superior ou similar	UND	5	R\$ 2,81	X	R\$ 3,90	R\$ 5,80	X	R\$ 5,54	R\$ 6,40	R\$ 9,61	R\$ 6,59	R\$ 6,00	R\$ 8,00	R\$ 2,81	6,07	R\$ 6,00	33,1%	R\$ 6,00	R\$ 30,00						
13	ESPELHO PARA ODONTOSCÓPIO PRIMEIRO PLANO (FRONT SURFACE) N°5 Ter registro ANVISA. Marca de referência: MK LIFE, superior ou similar	UND	20	R\$ 12,00	R\$ 4,35	R\$ 17,90	R\$ 18,30	X	R\$ 12,97	R\$ 11,52	R\$ 14,06	R\$ 16,85	R\$ 12,70	R\$ 16,84	R\$ 4,35	13,74	R\$ 13,51	30,2%	R\$ 13,51	R\$ 270,20						
14	INTEGRADOR QUÍMICO INTERNO PARA AUTOCLAVE A VAPOR Embalagem: pacote com 100 unidades Marca de referência: 3M, superior ou similar	PCT	2	X	X	X	R\$ 43,90	X	R\$ 81,90	R\$ 43,20	R\$ 98,85	R\$ 97,00	R\$ 99,00	R\$ 149,73	R\$ 43,20	87,65	R\$ 97,00	42,0%	R\$ 97,00	R\$ 194,00						
15	POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA, AUTOCLAVÁVEL, ADULTO Kit com no mínimo 4 peças.	KIT	1	R\$ 94,34	R\$ 88,90	R\$ 85,90	R\$ 69,00	X	R\$ 124,69	R\$ 120,58	R\$ 117,81	R\$ 103,88	R\$ 117,53	R\$ 115,00	R\$ 69,00	R\$ 103,76	109,44	17,8%	R\$ 103,76	R\$ 103,76						
16	Bobina papel grau cirúrgico para esterilização em autoclave 80mm X 100m	UND	1	R\$ 51,61	R\$ 55,70	R\$ 49,90	R\$ 62,50	X	R\$ 75,92	R\$ 79,87	R\$ 74,80	R\$ 92,01	R\$ 94,53	R\$ 42,47	R\$ 42,47	67,93	R\$ 68,65	26,7%	R\$ 68,65	R\$ 68,65						
17	Bobina papel grau cirúrgico para esterilização em autoclave 150mm X 100m	UND	2	R\$ 99,00	R\$ 96,20	R\$ 123,90	R\$ 117,50	R\$ 116,20	R\$ 212,52	R\$ 104,50	R\$ 129,85	R\$ 189,00	R\$ 161,00	R\$ 127,59	R\$ 96,20	134,29	R\$ 123,90	28,1%	R\$ 123,90	R\$ 247,80						
ITENS SEM AGRUPAMENTO																				R\$ 1.098,96						
18	Respirador Hospitalar para partículas descartável PFF-2 (S), tipo concha, sem válvula. Indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas não oleosas, e fumos. O respirador é composto basicamente por três camadas: parte interna de sustentação, composta de não-tecido em fibras sintéticas, sobre esta é montado o meio filtrante composto por micro fibras tratadas eletrostaticamente, e a parte externa do respirador composta por um não-tecido que protege o meio filtrante evitando que as fibras se soltem. Eficiência de filtração mínima de 94% contra a penetração de aerossóis particulados não oleosos. Possuir EPB ou BFE (Eficiência de Filtração Bacteriológica)>99% contra bioaerossóis potencialmente contaminados Cor: branca O produto deve ser embalado individualmente. Possuir validade mínima de 2 anos após a data de fabricação O produto deve estar de acordo com a norma ABNT/NBR 13698:2011 e ter aprovação junto ao Ministério do Trabalho. Ter certificação do INMETRO, registro na ANVISA e possuir CA Marca de referência: 3M (Aura 9360H), superior ou similar	UND	50	X	X	X	X	X	R\$ 17,92	R\$ 8,90	R\$ 14,40	R\$ 20,50	R\$ 33,00	R\$ 19,35	R\$ 8,90	19,01	R\$ 18,63	42,3%	R\$ 18,63	R\$ 931,50						
FÓRMULAS																				TOTAL	R\$ 4.433,14					
Média					Mediana										Coeficiente de variação							Desvio Padrão				
Soma de todos os valores e argumentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para um cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior à 25%		Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior à 25%														DP/VM		$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$								
Precificação baseada no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.																										

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento, com entrega única e imediata, de diversos materiais odontológicos, a fim de atender às unidades de 1ª instância do MPF em Pernambuco.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da Unidade.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do Secretário da Unidade.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	FALHA NA ANÁLISE DA NECESSIDADE E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS
	Possíveis causas:	Falta de identificação da real necessidade da Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado.
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Alto (4)

	Dano 1:	Não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
	Dano 2:	Adoção de tipo de solução obsoleta.	
	Dano 3:	Restrição indevida e/ou ilegal da competição.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar certame e planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas (ETP).	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	
	Dano 2:	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE

	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante
--	---	---	---

RISCO 04	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Descontinuidade dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

RISCO 05	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.	
	Probabilidade:	Média (3)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	SLDE
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame. Pode também fazer a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado ou ainda fixar prazo para que os fornecedores participantes do certame possam adequar a sua proposta ou a sua habilitação.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

RISCO 06	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável

	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NÃO ESPECIALIZADA).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	2	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	4	8
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	3	3	9
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Gestão Contratual	2	5	10

VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R01 / R02 / R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9 R05	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01, 02, 05, 06 e 07 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumpra informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 01: Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok
2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 02: Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 05: Baixo número de empresas participando da dispensa de licitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	Fase externa da Disputa.

RISCO 06: Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de seleção do fornecedor - Fase externa da Disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 07: Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Seleção do fornecedor - Fase externa da Disputa.

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.